

ARTIGO

O INIMIGO É A FOME: BREVE HISTÓRICO DA ESCASSEZ ALIMENTAR NO NORDESTE E DO PAPEL DO ESTADO EM SEU ENFRENTAMENTO

HUNGER IS THE ENEMY: A BRIEF HISTORY OF FOOD SCARCITY IN THE NORTHEAST OF BRAZIL AND THE ROLE OF THE STATE FIGHTING IT

FREDERICO DE OLIVEIRA TOSCANO¹

RESUMO

O artigo emprega uma revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos e livros da área, com ênfase na obra de Josué de Castro e de autores norte-americanos clássicos, além de fontes primárias na forma do periódico *Jornal Pequeno*, para discutir a ideia da fome e sua associação ao Nordeste do Brasil, buscando compreender como se construiu essa percepção. O intuito foi entender a forma como o Estado procurou, no começo do século 20, assumir um papel atuante na questão alimentar nacional, para proteger seus cidadãos da fome e suas consequências. Aborda-se ainda como alguns intelectuais buscaram publicizar a fome nordestina, de forma que ela não mais fosse escamoteada ou entendida apenas como a consequência natural e inevitável das secas, mas enfrentada, tanto pelo governo quanto pela própria sociedade. Realiza-se ainda um paralelo entre o Brasil - e sua região Nordeste - e os Estados Unidos, haja vista a imagem de poderio industrial e abundância alimentar projetada e cultivada por esta nação, particularmente durante e após o fim da II Guerra Mundial. Pretende-se, enfim, compreender a trajetória da fome no Nordeste, as mudanças em sua percepção e seu reconhecimento enquanto problema social a ser sanado pela ação do poder público, em um recorte histórico reconhecidamente longo, estendendo-se da segunda metade do século 19 até meados da década de 1960.

PALAVRAS-CHAVE: Fome; Abundância; Nordeste; Josué de Castro.

ABSTRACT

The article employs a literature review of academic works and books, with an emphasis in the work of Josué de Castro and of classic American authors, besides primary sources in the form of the newspaper *Jornal Pequeno*, to discuss the idea of hunger and its association

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, <https://orcid.org/0000-0002-1501-7329>, E-mail: fredericotoscano@hotmail.com

with the Brazilian Northeast, seeking to understand how this perception was built. The intention was to comprehend the way the state sought, in the early 20th century, to take on an active role in the national food issue, to protect its citizens from hunger and its consequences. Finally, it discusses how some intellectuals sought to publicize the Northeastern famine, so that it would no longer be concealed, or understood merely as the natural and inevitable consequence of the droughts but faced by both the government and society itself. Also, a parallel between Brazil – and its Northeast region – and the United States is made, on account of the image of industrial power and food abundance projected and cultivated by the latter, particularly during and after the end of World War II. It is intended, finally, to understand the trajectory of hunger in the Northeast, the changes in its perception and its recognition as a social problem, to be addressed by government actions, in an admittedly long historical period, extending from the second half of the 19th century until the mid-1960s.

KEYWORDS: Hunger; Abundance; Northeast; Josué de Castro.

Introdução

O presente artigo buscará historicizar, em parte, a questão da escassez alimentar no Nordeste do Brasil, abordando a forma como o Estado lidou com a questão, passando de reações pontuais, focadas mais nas consequências do que no problema em si, para um papel mais ativo no acesso alimentar da população, com a fome e sua devastação passando a ser reconhecidos; e o acesso ao alimento pensado enquanto um direito a ser assegurado por meio de leis e ações práticas por parte do governo. Para que esta narrativa fosse construída, fez-se necessário abordar um período extenso, de meados do século 19 à metade do seguinte. Um recorte, portanto, focado no estudo de transformações que se desenvolvem lentamente ao longo do tempo, apoiando-se em uma duração evidentemente demorada, que não se firma de forma positivista em grandes datas e acontecimentos (BRAUDEL, 1965). As fontes que fazem referência à alimentação são, como já indiciou Câmara Cascudo em seus estudos,

frequentemente escassas e um recorte mais extenso pode proporcionar um vislumbre mais abrangente acerca do assunto (CASCUDO, 2004).

O que não significa que o trabalho se limite a esse tempo mais dilatado. Processos de curta duração são observados também, bem como aqueles que, na definição de Braudel, poderiam ser considerados como eventos. Não se investigam apenas as mudanças que se sucedem de forma lenta – ou que são assim percebidas pela sociedade –, nem o seu contrário, a permanência. Assim, as transformações aceleradas, de rápida sucessão e que produzem novidades ou significados diferentes para o homem, seja em sua experiência individual ou coletiva, também são trabalhadas. De fato, é possível dizer que o tempo histórico está longe do positivismo ao qual por muito tempo se firmou: monolítico, sólido, cronológico. A história, segundo Braudel, possui diversas velocidades, sendo construída através de processos de durações variadas, formando menos uma dimensão e mais uma arquitetura. Se as mentalidades operam necessariamente em um tempo mais longo, é possível afirmar que um conjunto ou sucessão de eventos políticos, como uma eleição ou mesmo um conflito militar (como a II Guerra Mundial), pode se caracterizar em curta duração (BRAUDEL, 1965).

Compreender a fome brasileira e, mais especificamente, a nordestina, implica de maneira quase incontornável o debruçar-se sobre a obra do pernambucano Josué de Castro. Médico, geógrafo, pioneiro da ciência da nutrição e escritor, Castro deixou vasta obra acerca da temática da fome, com suas terríveis consequências econômicas, sociais e biológicas. Não abordou apenas o interior devastado pelas secas, pelo oligopólio da agricultura e dos grandes latifúndios, e pelo coronelismo que ocupava o

vácuo deixado pelo Estado. Estudou também a escassez alimentar urbana, que podia ser vista nas periferias das cidades brasileiras, principalmente no Nordeste. Dessas, foi o Recife, onde se criou, morou e trabalhou até o exílio, que mais mereceu a sua atenção, até certo ponto condensando e resumindo sua visão sobre o assunto. Foi na capital pernambucana que Josué de Castro compreendeu o Ciclo do Caranguejo, expondo o tabu da fome nacional e das chagas sociais recifenses, com sua população miserável aboletando-se nas beiras de rios e deles subsistindo, em meio à lama e à imundície. Esta não é, importante que se diga, uma revisão da obra de Castro, mas seus trabalhos são essenciais ao se abordar a história da fome no Brasil, e o pernambucano vem experimentando uma merecida redescoberta no meio acadêmico² nos últimos anos.

Para além da forte referência aos trabalhos de Josué de Castro, este artigo buscou realizar uma revisão bibliográfica apoiada principalmente em livros e trabalhos acadêmicos – teses, artigos, etc. – das ciências sociais, abordando a questão da alimentação no Brasil de forma geral e da fome em particular, buscando pensar o papel do Estado em seu enfrentamento. Para tanto, buscou-se compreender a fome também pelo seu contrário, ou seja, a abundância material, mais precisamente a alimentar. A fartura de alimentos ainda é pouca estudada no Brasil, embora ela possua um grande potencial para traçar direcionamentos de pesquisas para a História e outras ciências. Desse modo, optou-se por trabalhar comparativamente, e de maneira breve, os desenvolvimentos ocorridos nos Estados Unidos,

² O Laboratório de Estudos Históricos sobre Drogas e Alimentação – LEHDA, baseado no curso de história da USP e dirigido pelo doutor Henrique Soares Carneiro, é um exemplo. Entre seus participantes, vale mencionar o trabalho da historiadora Adriana Salay Leme, que vem abordando a obra de Josué de Castro em sua tese de doutorado.

buscando entender sua projetada imagem de afluência alimentar, ainda mais proeminente após o término da II Guerra Mundial. Para tanto, trabalhos clássicos como o de John Kennedy Galbraith e Michael Harrington foram essenciais, mas é importante destacar pesquisadores mais contemporâneos, tais como Lizzie Colingham e Jenny Edkins, entre outros aqui referenciados. Finalmente, houve uso pontual de fontes primárias, na forma do periódico pernambucano *Jornal Pequeno*, de grande circulação na primeira metade do século 20.

Uma brevíssima história da fome no Nordeste

Ainda na segunda metade do século 19, começou a se formar uma imagem do Nordeste ligada à decadência econômica, problemas estruturais e, principalmente, seca e fome, com esta última quase sempre sendo considerada uma consequência inescapável e natural da primeira. Nesta época, o eixo político e econômico há muito já havia se deslocado para a região sudeste do país, que tinha no Rio de Janeiro a sua capital – primeiro imperial, depois federal –, além de São Paulo, que iniciava sua industrialização alimentada pela lavoura de café. Dois brasis diferentes iam se consolidando, um de desenvolvimento, trabalho livre e assalariado, crescente urbanidade e progresso. O outro parecia fadado ao atraso das monoculturas, aos grandes latifúndios, às estiagens, ao cangaço e ao coronelismo. Apesar dos problemas, o Nordeste experimentava algum progresso e, como em voga na época, um afrancesamento de suas cidades, que buscavam se mostrar modernas, belas e higiênicas. Tal aconteceu com capitais como Salvador, Recife e com Fortaleza também. Foi uma

europização tropical, portanto, uma que passou por diversos percalços, principalmente no interior.

O desenvolvimento da província do Ceará, que vinha ocorrendo de maneira mais ou menos estável por quase meio século, seria freado pela seca que se instalou na região entre 1877 e 1879, ainda mais severa do que a de 1845. A estiagem se aliaria à crise do algodão, cuja produção nacional sofreria um baque com o retorno da concorrência dos Estados Unidos no período de reconstrução imediatamente após sua guerra civil. A falta d'água destruiria rapidamente a segunda maior fonte de divisas da província, o gado de corte, que passaria a morrer aos montes, esturricados na secura do sertão. Descapitalizada, a indústria local praticamente desapareceria, e a população do interior passou a buscar refúgio junto ao litoral. A seca e suas consequências foram tão devastadoras que virtualmente anularam o desenvolvimento dos cinquenta anos anteriores, desestruturando as esferas produtiva, social e demográfica do Ceará. Entre os que morreram à míngua e os que fugiram da miséria, estima-se que a província tenha perdido então cerca de 300 mil habitantes. Quase um terço da sua população total (BRITO, 2013).

Essa não foi a primeira grande fome que o país havia experimentado, sem dúvida, e não seria a última a castigar os nordestinos, principalmente os cearenses. Mas nenhuma antes dela foi tão comentada e registrada, com estudiosos da época debruçando-se sobre a questão e tornando-a visível. Um deles foi Thomaz Pompeu de Souza Brasil, filho do senador de mesmo nome e industrial, além de comerciante, fundador de um jornal, de uma academia literária e, assim como o pai, pioneiro da ciência geográfica nacional. O seu “Ensaio Estatístico do Ceará” descreve, sem

volteios, os horrores da seca que consumiu a província no final da década de 1870 e que ele mesmo havia testemunhado. Assim, Pompeu falou dos rios, açudes e poços evaporados no sertão, de onde mesmo os abastados fugiam, com medo de ficarem isolados no meio de um deserto desprovido de água. E também criticou a forma como o governo havia se recusado a enviar socorro aos flagelados pela seca, cujo êxodo desesperado atulhava Fortaleza e outras cidades com os que conseguiam escapar do interior. No litoral, onde não havia casas e abrigos para todos, amontoavam-se de qualquer jeito em praça pública, sob as árvores e enfiados em vielas, onde grassavam doenças como a varíola e mulheres se prostituíam por tostões (POMPEU FILHO, 1893).

A calamidade do Ceará oitocentista também inspirou a obra de um dos grandes – embora pouco reconhecido - escritores naturalistas do Brasil, Rodolfo Teófilo, que escreveu o romance ficcional “A Fome”, baseado no que ele presenciou em suas andanças pelo interior. Formado na Faculdade de Medicina da Bahia, Teófilo percorreria os sertões cearenses, prestando auxílio médico gratuito e aplicando vacinas contra a varíola, fabricadas por ele mesmo. Positivista, lançava mão de um cabedal de termos científicos para descrever os efeitos devastadores da fome sobre a população miserável (BRITO, 2013). O livro inauguraria um gênero literário próprio, o romance da seca, onde a história girava em torno dos despossuídos pela catástrofe natural. “A Fome” traz não apenas descrições clínicas dos horrores da desnutrição, mas também críticas ao governo, por abandonar à própria sorte as populações do interior cearense. Assim, a narrativa segue a via crucis do personagem Manuel Freitas e sua família, tornados retirantes pela seca e pondo-se rumo à Fortaleza. No caminho, os cadáveres dos que

havia empreendido o mesmo trajeto a apodrecer sob o sol abrasador. Ao chegar à capital, encontram apenas pobreza e doenças, além do vilão da história, o inescrupuloso e corrupto funcionário público Simeão de Arruda. Arma-se assim um embate maniqueísta entre a pureza sertaneja de Freitas e a devassidão urbana de Arruda, em uma Fortaleza decadente e tomada pela miséria. No final, os retirantes rejeitam a capital e empreendem a longa jornada de volta para casa, esperançosos de um futuro melhor (TEÓFILO, 2002).

Mas a obra ficcional mais conhecida a tratar da fome e do êxodo cearenses é, sem dúvida, “O Quinze”, de Rachel de Queiroz. Nele, a escritora narra mais uma terrível seca a assolara a região, dessa vez a de 1915, testemunhada pela própria autora no sertão ao redor da cidade de Quixadá. É de lá que partem Chico Bento, sua esposa Cordulina e os três filhos, caminhando para Fortaleza em busca de uma vida melhor, mas já considerando a possibilidade de seguir rumo ao Amazonas e se embrenhar na floresta atrás de borracha. Na capital, são arrebanhados e postos em verdadeiros campos de concentração junto a outros flagelados, por um governo que temia o que a chegada daquela multidão de miseráveis poderia acarretar à cidade (QUEIROZ, 1993).

O mesmo ocorreria pouco tempo depois, em 1932, quando mais uma seca abateu-se sobre a região e o poder público tratou de segregar os retirantes que começavam a surgir aos montes do interior. Na cidade do Crato montou-se um campo que chegou a deter cerca de 65 mil pessoas, para lá levadas sob promessas de água, comida, assistência médica e trabalho. O que as pessoas encontravam era apenas doença, fome e morte, vigiados pelas autoridades e apodrecendo a olhos vistos em currais para

gente, internados em locais como Quixadá, Ipu, Senador Pompeu e nos arredores de Fortaleza. Esta era a última barreira entre os miseráveis e as elites urbanas, horrorizadas ante a possibilidade de ver a torrente de flagelados mais uma vez invadir suas ruas (RIOS, 2014).

Esses “romances da seca” não foram apenas oportunidades para se contar histórias que traziam o Nordeste como cenário. Eram narrativas que traziam para o grande público – nas capitais e fora da região também – as agruras acarretadas pelas estiagens prolongadas e o sofrimento por elas causado, incluindo-se aí a fome.³ Delas se seguiram acalorados debates acerca da seca, da migração nordestina, violência no campo, latifúndio, desigualdade social e outras questões. Algumas delas atuais, mesmo nos dias de hoje (SCOVILLE, 2011).

A fome e a fome

A fome começou a se tornar um objeto de interesse das ciências humanas a partir do final do século 18 e início do 19, mas acabaria se consolidando no campo biológico, tanto como tema a ser discutido quanto como um problema a ser sanado. Mesmo atualmente, é muitas vezes vista sob uma perspectiva Malthusiana, ou seja, através da ideia de recursos e seus limites quantitativos dentro de uma determinada sociedade. Por esse motivo, a fome ainda pode ser percebida como uma espécie de evento, uma

³ De fato, até as últimas décadas do século 19, a ambientação rural se sobrepunha à urbana na literatura nacional. Isso acabaria se invertendo nas décadas seguintes e assim persiste até os dias de hoje. O pesquisador André Lopez de Scoville, contudo, aponta obras relevantes, mais atuais, e que se passam no interior, como *Os Desvalidos*, de Francisco Dantas, e *Pelo Fundo da Agulha*, de Antônio Torres.

calamidade acarretada talvez por uma natureza inclemente ou, para os mais religiosos, uma punição divina. Nesse sentido, é considerada um anacronismo no mundo moderno, onde já deveria ter sido extinta pelo avanço científico e novas tecnologias. É por isso que grandes fomes como a da Ucrânia, na década de 1930, da Holanda, em 1944, da Etiópia e da Eritréia, nos anos 1980, e na Coreia do Norte, na década seguinte, parecem ainda mais estapafúrdias em pleno século 20 (EDKINS, 2000).

A cientista política Jenny Edkins, contudo, contesta essa visão tecnicista da fome, suas causas e soluções. Para ela, é a modernidade em si que engendra a fome, ao tratá-la por um viés quase que puramente biológico, quando é uma questão muito mais sociopolítica do que técnica. Ou seja, a questão não é tanto a quantidade de alimentos disponíveis e as formas mais eficientes de produzi-los, mas muito mais a posse dessa comida, algo que é socialmente constituído. As fomes africanas da década de 1980, por exemplo, receberam grande atenção da mídia mundial, com países desenvolvidos prestando ajuda humanitária e artistas famosos organizando eventos gigantescos, como o grupo musical Band Aid e o megafestival Live Aid. Nessa época, formou-se uma imagem estereotipada dos africanos que persiste até os dias atuais, bem como dos problemas por eles enfrentados. A fome que devastava a região era mostrada, pelo e para o Ocidente, como simplesmente um produto de secas violentas, os afetados por elas sendo retratados como vítimas. Assim, consolidava-se a visão de que países como a Etiópia e Eritréia só poderiam alcançar o sonho da autossuficiência por meio de ajuda externa, com os Estados Unidos e países europeus celebrando seus próprios esforços ao atacar a fome no continente. Anos depois, verificou-se que as ONGs que prestaram auxílio na região

muitas vezes causavam mais prejuízos do que benefícios, retirando dos africanos o agenciamento na resolução dos seus problemas. Além disso, passou-se a admitir que a questão mais importante não era exatamente a quantidade de alimentos, mas sim a sua distribuição justa e equitativa nas sociedades, como explica Edkins (EDKINS, 2000):

O direito de uma pessoa ao alimento depende de uma série de relações sociais dentro das quais a vida dessa pessoa está inserida. Não é um fato abstrato, não-histórico. Cada fome é o produto de relações sociais específicas e históricas, assentadas dentro da moldura de uma estrutura política e econômica específica. Estas relações estabelecem o que pode ser possuído e como o alimento é tratado; elas definem quais obrigações existem entre as pessoas dentro daquele grupo social. Essa abordagem da fome produz uma análise muito mais particularista, onde não são populações inteiras que passam fome, mas grupos sociais específicos que sofrem (EDKINS, 2000, pp. XX-XXI).

A primeira metade do século 20, contudo, veria desenvolvimentos teóricos e técnicos acerca da questão da escassez alimentar e do acesso ao alimento, no mundo e também no Brasil. E cada vez mais, o Estado buscava assumir uma postura mais ativa no sentido de garantir a segurança alimentar dos seus cidadãos.

Guerra à fome

Ainda na década de 1940, em plena Segunda Guerra Mundial, havia já uma esperança de que os desenvolvimentos acarretados pelo conflito se traduzissem em benefícios que perdurassem para além dele e em prol da

população em geral. Em matéria sobre a Batalha da Produção,⁴ o cronista Lamartine Vasconcelos louvava o esforço que se realizava em Pernambuco e no Nordeste, opinando que exército nenhum era capaz de lutar de alforje seco e nem o povo deveria sofrer em um período de vacas magras que podia ser evitado através de planejamento e trabalho duro.

O problema da alimentação no Nordeste já constituía um magno ponto a estudar e resolver. Pois se o problema alimentar no Brasil vem sendo tido como muito sério, com mais razão assim o consideramos aqui. A Batalha da Produção melhora o aspecto da questão, pelo lado do abastecimento, de vez que visando o tempo de guerra, ela pretende com justa probabilidade perpetuar-se através do após guerra, dos tempos de paz. Tem, por consequência, dois nobilíssimos fins: primeiro, a satisfação das necessidades militares, das nossas necessidades de país em luta, de país que quer repelir a agressão sofrida; segundo, o de resolver de uma forma efetiva, até o limite do valor das nossas terras, tanto quanto possível, a questão de abastecimento alimentar no após guerra. Presentemente, o nosso prato tem que sofrer as restrições que o momento impõe. Passado este, finda a guerra, a mesa do Nordeste deve ser mais farta para uma melhor alimentação, uma melhor engorda do nosso povo.⁵

⁴ A assim chamada Batalha da Produção foi um esforço orquestrado do governo brasileiro de contribuir para o esforço de guerra e a causa aliada em um front interno, contando com a colaboração da sociedade civil. Ou seja, através da produção de recursos necessários para vencer o conflito, bem como o de alimentos capazes de suprir as tropas acantonadas na região e a população em geral, haja vista a escassez e a carestia típicas de um conflito em escala mundial. No Nordeste, uma das principais facetas da Batalha foi justamente essa, onde até terrenos urbanos e jardins de casas eram utilizados para uma espécie de agricultura doméstica. Para saber mais, vide: TOSCANO, Frederico de Oliveira. *Yes, nós temos Coca-Cola: o ideal da fartura norte-americana na mesa do Nordeste (1930-1964)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP, 2019.

⁵ **Jornal Pequeno**, 27 de maio de 1943, p. 02.

A abundância alimentar parecia ser uma espécie de herança justa para as privações sofridas pela duração do conflito - cujo fim, aliás, ainda não se tinha em vista -, tirando proveito dos estudos, avanços e investimentos ocorridos em sua função. Como dizia Vasconcelos, a tropa era composta da própria população, afinal de contas, e esperava-se que os benefícios da boa alimentação estivessem disponíveis para o povo como um todo ao término da guerra. “Se a Batalha da Produção resolve a magna questão do presente e provavelmente será perpetuada no futuro, resta a parte científica, médica, de técnica alimentar, hoje tão em voga, cujo Chefe é o prof. Josué de Castro, para que estudemos e seja encontrada uma fórmula prática e aplicável entre nós⁶”, complementava o escritor.

Ganhava força a ideia de que o homem pouco nutrido ou alimentado de forma ineficiente era incapaz de funcionar de forma adequada e, talvez mais importante, contribuir com sua força para o desenvolvimento da nação. O organismo humano exigia calorias para executar suas funções, e apenas através de uma alimentação racional era possível atingir todo o seu potencial. “A palavra de ordem é, pois, nutrir. Nutrir o brasileiro. Nutrir o homem. Dar-lhe vida e saúde. Dar-lhe energia. Em troca, ele dará trabalho e riqueza humana, o que, aliás, é uma grande compensação”,⁷ garantia um cronista do *Jornal Pequeno*.

Uma visão científica da alimentação

⁶ *Jornal Pequeno*, 27 de maio de 1943, p. 02..

⁷ *Jornal Pequeno*, 16 de junho de 1943, p. 02.

Essa preocupação com uma nutrição de bases científicas realmente foi catapultada pelas necessidades da Segunda Guerra. Conhecimentos “em voga”, nas palavras de Lamartine Vasconcelos, por toda a década de 1940 e depois, mas que vinham se desenvolvendo desde o final do século 19. Já se sabia então que os alimentos se compunham de proteínas, carboidratos e gorduras, e cientistas oriundos da Medicina e da Bioquímica buscavam melhor compreender de que forma o corpo humano processava a comida. No início do século 20, as vitaminas foram descobertas, e por volta do final da década de 1930 já se sabia que a quantidade de calorias necessárias diferia entre cada indivíduo, levando-se em consideração sua idade, gênero e nível de atividade física. Ainda não havia uma ideia muito clara acerca do funcionamento de vitaminas e minerais na manutenção da saúde, mas já existia um consenso na comunidade científica de que proteínas animais deveriam ser priorizadas em relação às de origem vegetal. Assim, alimentos como carne, leite e seus derivados, vegetais e frutas passaram a ser considerados protetores, capazes de escudar o organismo de uma variedade de doenças. Surgia assim uma nova ciência, a da Nutrição, e países como o Japão e a Alemanha a utilizavam para reformar a alimentação de suas forças militares, já em preparação para uma guerra vindoura. Logo passariam a voltar a sua atenção também para a população civil, como uma forma de depender menos de importações e obter trabalhadores mais saudáveis e, portanto, mais produtivos (COLLINGHAM, 2013).

O Brasil também lutava para tratar a alimentação de forma mais científica e não apenas em reconhecimento aos problemas acarretados pela guerra ou como uma forma de melhor alimentar seus soldados. No começo de 1944, o ministro da Mobilização Econômica, João Alberto Lins de

Barros, ia à imprensa divulgar a Campanha Nacional de Vitaminas, fomentada por uma Coordenação de sua pasta, e que deveria se iniciar na capital federal, posteriormente se alastrando pelo resto do país. O político pernambucano reconhecia a alimentação deficitária do brasileiro, especialmente após participar de algumas reuniões das Ligas das Nações e tomar conhecimento de iniciativas levadas a cabo no Canadá e na Inglaterra. Embora houvesse já uma ideia generalizada de que a maioria dos brasileiros não se nutria de forma eficiente, o ministro admitia que havia diferenças mais gritantes entre o Sul e o Nordeste do país, e opinava que as pessoas desta última região, especialmente no interior, se alimentavam de forma inadequada por questões culturais. Comia-se muita farinha de mandioca, considerada elemento essencial da dieta local, sem a qual o homem sentia-se insatisfeito, preferindo-a a opções mais nutritivas, dizia. Como se a má alimentação fosse uma questão de escolha para os sertanejos das regiões mais pobres do país⁸.

Na Coordenação (...) procuramos desde o primeiro dia dar um certo caráter científico a esta improvisação tão comum entre nós a respeito de alimentação. Assim é que a Coordenação criou o Serviço Técnico de Alimentação, o qual vai desenvolvendo-se e procurando dar uma feição nacional ao problema que estava esparso aqui e ali, em determinados laboratórios ou órgãos do governo, que se digladiavam, que se combatiam mutuamente. Chegamos mesmo a instituir comprimidos de vitaminas e concentrados e já com aceitação bastante notável. Desfizemos o desinteresse aparente que existia sobre o assunto, a ponto de hoje podermos contar com a quase unanimidade dos

⁸ **Jornal Pequeno**, 15 de janeiro de 1944.

Estados da União e esperamos, dentro em breve, a unanimidade nesta campanha.⁹

As ideias do ministro eram, em parte, calcadas em regionalismos quase folclóricos, mas ao menos seu discurso denotava uma preocupação por parte do Estado quanto à qualidade e quantidade da alimentação consumida pela população brasileira. Buscava-se, assim, organizar uma frente de caráter mais científico no tocante à questão da nutrição no Brasil, uma espécie de consolidação de ações que haviam se iniciado ainda na década de 1930. Foi a classe dos médicos, influenciada pelas escolas europeia e norte-americana, que primeiro passou a dedicar-se a pesquisas de natureza biológica, clínica e experimental, em um ramo da ciência que passou a ser conhecido inicialmente como “fisiologia da nutrição”. Desde o começo, havia uma preocupação acerca das questões sociais e econômicas relacionadas à alimentação, com alguns nomes se destacando, principalmente no Departamento Nacional de Saúde Pública, no Rio de Janeiro, e com o grupo de estudos liderado por Josué de Castro, no Recife. Passava-se a reconhecer, portanto, o papel da pobreza na falta de acesso ao alimento e os problemas daí decorrentes, com um suporte científico a essas ideias. Contudo, as soluções inicialmente apresentadas focalizavam menos nas questões sociais e mais nos aspectos educativos, buscando ensinar à população formas de comer corretas e racionais (BARROS, 2003).

O Estado reconhece seu papel

⁹ *Ibid.*, p. 05.

O Estado começou a assumir um papel na alimentação da população a partir de 1917, com a Primeira Guerra Mundial ainda a um ano do seu término. O conflito havia causado um duradouro desabastecimento no Brasil, agravando a carestia já existente e deixando grande parte da população à míngua. Foi assim implantado o Comissariado de Alimentação Pública - CAP, sob a presidência de Venceslau Brás, com o objetivo declarado de intervir no setor de alimentos, da produção ao consumo. Vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tinha o poder de fixar preços de gêneros considerados de primeira necessidade no varejo. Além do tabelamento no mercado interno, realizou-se também um controle dos alimentos que eram exportados em grandes quantidades para os países envolvidos na guerra, em detrimento do mercado nacional. Medidas que desagradavam os grandes produtores rurais, ávidos a escoar sua produção na Europa e auferir maiores lucros, ao passo que no Brasil cresciam as manifestações e a revolta do povo faminto. Sob forte pressão dos setores produtivos, o CAP seria extinto em 1919, sendo substituído pela Superintendência de Abastecimento, que acabaria abolindo qualquer controle governamental sobre o preço dos alimentos (MENEZES e GRISA, 2005).

A partir da década de 1930, o governo Vargas passaria a implantar iniciativas de caráter menos liberal e mais socializante, principalmente no tocante à alimentação do brasileiro. A primeira foi a própria criação do salário mínimo, que tinha entre seus objetivos oficiais a satisfação das necessidades nutricionais do trabalhador e de sua família. A década seguinte veria o nascimento de uma das instituições mais importantes para a segurança alimentar do brasileiro, o Serviço de Alimentação da Previdência

Social - SAPS. Em 1942 era criada a Coordenação da Mobilização Econômica – CME, que incluía o já citado Serviço Técnico de Alimentação Nacional, que buscava orientar a produção tanto agrícola quanto industrial de alimentos. O órgão mantinha um laboratório de tecnologia dos alimentos que prestava assistência técnica à indústria e investigava formas de racionalizar a produção agropecuária e a sua comercialização (SILVA, 1995). Os achados e recomendações dos cientistas e técnicos envolvidos nesses estudos foram amplamente divulgados, não apenas na forma de livros e revistas especializados, mas também através de artigos e matérias jornalísticas, que levavam aos leigos essas informações.

Ao mesmo tempo, a alimentação deixava de ser apenas mais um campo da ciência para se tornar uma política pública implementada pelo Estado, pondo em prática as ideias traçadas pela ainda jovem “nutrologia”. O poder e o saber se juntavam, portanto, para buscar soluções para a questão da alimentação do povo brasileiro, dentro da política trabalhista de Vargas (BARROS, 2003). Também o exército brasileiro passava a tratar a alimentação de suas tropas sob critérios mais científicos, um impulso dado pela Missão Militar Francesa no Brasil, entre 1919 e 1940. Através dela, os militares tupiniquins iriam não apenas entrar em contato com a doutrina marcial praticada na França, em termos de estratégias, táticas, equipamentos, instalações, uniformes, veículos e armas, mas também no que dizia respeito à ração dos homens. A primeira tabela alimentar baseada em princípios nutricionais foi criada em 1933, já condenando o emprego generalizado da carne-seca, prática tradicional no exército brasileiro, como sendo uma iguaria de difícil digestão. Contra o alimento também pesava o fato de que, em um país de tão vasta extensão territorial, os hábitos

alimentares de cada região precisavam ser levados em conta, em detrimento de um cardápio único. As ideias introduzidas pela Missão, contudo, não tardariam a ser substituídas pelos preceitos do exército norte-americano, impostos aos brasileiros durante o treinamento e a ação ao longo da Segunda Guerra (FARIA, 2017). De fato, a alimentação dos soldados estadunidenses chamaria atenção também nas bases instaladas nas capitais nordestinas durante o conflito.

Ainda em 1945 era instalada a Comissão Nacional de Alimentação, objetivando estudar os hábitos alimentares do brasileiro, corrigir problemas em sua dieta, realizar pesquisas, estimular campanhas educativas e auxiliar no desenvolvimento da indústria de desidratados. Essas iniciativas sobreviveriam ao fim do Estado Novo, com a fundação do Instituto Nacional de Nutrição, em 1946, que se dividia entre as seções de pesquisa biológica, social, educação alimentar e patologia clínica (BARROS, 2003).

Fome e guerra

Até então, governo e a imprensa se referiam à fome brasileira quase sempre como uma mera falta de educação alimentar. Como se a comida estivesse disponível a todos igualmente, preferências culturais arraigadas assumindo a culpa pela deficiência nutricional de certas parcelas da população. Aqui e ali, contudo, surgiam relatos que demonstravam que o Brasil, especialmente o Nordeste, era uma civilização baseada na fome, fato que se tornava mais notório quando contrastado com o seu oposto, a abundância. No final de 1943, o jornalista Mário Melo franqueava aos seus leitores do *Jornal Pequeno* mais uma crônica sobre os problemas da

alimentação no Recife em tempos de guerra. Dessa vez, contudo, não era uma diatribe acerca da carestia de vida e dos preços inflacionados em função dos açambarcadores, com o conflito mundial servindo de bode expiatório. Também não era uma queixa acerca de padarias que instituíam racionamentos artificiais, açougueiros que ocultavam suas melhores mercadorias ou bares que favoreciam os clientes estrangeiros. A história que o jornalista trazia era uma que descrevia a fome em sua crueza mais terrível, da forma como era encontrada na capital pernambucana, entre pessoas cuja dignidade há muito havia sido substituída pelo desespero.

Assim foi que um certo senhor Gilberto Paranhos, residente no bairro do Tejipló, relatou a forma como os norte-americanos acantonados no Ibura, junto à base aérea local, atiravam fora os alimentos deteriorados e por eles considerados imprestáveis para o consumo humano. “Acontece que verdadeira multidão de patricios nossos, gente paupérrima, acorre a esse lixo, a disputar os alimentos jogados. É um espetáculo deponente, que enche de tristeza e compaixão a quantos a ele assistem”, lamentava o missivista, tomado pela vergonha de testemunhar tamanha miséria, acrescentando que havia ainda quem se aproveitasse da triste cena para fotografá-la. “Que atestado comprometedor estamos dando nós habitantes da terceira cidade do Brasil! Que vergonha e que tristeza para todos os pernambucanos!” (MELO, 1943, p. 4). A resposta de Melo ao seu leitor era de um pragmatismo brutal, talvez por acreditar que a fome, no Brasil, era fenômeno normal e incontornável, ainda que lamentável, semelhante às secas que fustigavam os nordestinos de tempos em tempos. “O espetáculo é doloroso, mas não é privilégio nosso. Em todas as grandes cidades há uma cota de miséria, em maior ou menor proporção”, contemporizava.

“Demais, sabido que o estadunidense, com sua facilidade de vida, joga fora muita coisa útil e que pode ser aproveitada pelos necessitados” (Idem), concluía. E assim, normalizava a horrenda visão de pessoas atirando-se umas sobre as outras a disputar os restos apodrecidos que os estrangeiros desprezavam.

Foi o que aconteceu em Natal, entre os retirantes da seca que se amontoavam nas periferias da cidade, famílias inteiras passando a viver a “riqueza” do lixo norte-americano. Os militares estrangeiros, sempre mantendo altos padrões de higiene para seus homens, condenavam os alimentos que apresentassem os menores defeitos: latas de carne em conserva e de leite condensado, com leves manchas de ferrugem nas tampas, eram enviadas para fora das bases, consideradas impróprias para o consumo. Sacas de boa farinha de trigo norte-americana eram descartadas e enormes tonéis de banha de porco eram rolados para longe das vistas dos soldados. Por vezes, surgiam até mesmo chocolates e talheres de prata, que acabavam nas mesas da multidão de famintos da capital potiguar. E aquele povo, expulso de suas casas pela seca, após dias de marcha pela secura do Sertão, fazia uma verdadeira festa ao se deparar com um lixo assim tão rico. Era como uma feira, diziam, coisa boa e muita, ao alcance da mão e sem exigir pagamento, uma verdadeira festa para os flagelados pela fome do interior do estado. Para eles, o que se via ali não eram dejetos, mas uma abundância de alimentos tal qual jamais haviam visto em suas vidas (PEDREIRA, 2005).

Aonde quer que os norte-americanos fossem durante a guerra, eles possuíam mais comida do que todos os outros, inimigos e mesmo aliados. E essa foi uma parte importante da imagem que outros povos construíram

para eles, mas também da que elaboraram para si próprios (COLLINGHAM, 2013). “Se comida boa e farta passou a simbolizar a América para os americanos, ela também se tornou central para a visão que outras nacionalidades tinham dos Estados Unidos”, afirma Lizzie Collingham. “Para aqueles cujos países foram utilizados como bases, libertados ou derrotados pelos americanos, a fartura de comida se tornou um símbolo da superioridade econômica dos Estados Unidos” (Idem, p. 461).

O fim do conflito traria um mundo em grande parte economicamente alquebrado e faminto, com os países derrotados reduzidos a um estado de miséria alimentar. Pessoas passavam fome na Alemanha e na Áustria e o antigo Império do Japão estava em frangalhos, especialmente após as duas bombas atômicas que finalmente haviam destruído sua vontade de seguir lutando. Havia uma fome tremenda na Ásia, e milhões de chineses sofriam sem ter o que comer, forçados a uma dieta de raízes, grama, cascas de árvores e até barro. Os vitoriosos, muitas vezes, estavam em situação pouco melhor. Camponeses soviéticos em áreas liberadas ainda sobreviviam de folhas selvagens e batatas congeladas, enquanto a capacidade europeia de produzir alimentos havia sido reduzida em quase quarenta por cento. As nações menos arrasadas e de economias mais sólidas conseguiam garantir uma média de 1.900 calorias diárias aos seus cidadãos, mas outros países proporcionavam apenas metade disso, enquanto a subnutrição e a tuberculose devastavam as crianças na antiga Tchecoslováquia, na Grécia e na Itália. Mesmo na América Latina, distante e comparativamente protegida do conflito, a inflação resultante da guerra significava que os mais pobres empregavam quase toda a sua renda para

comprar alimentos, e em quantidade bem menor do que obtinham em 1939 (Ibid.). A fome deixava de ser invisível no pós-guerra, uma “descoberta” que ocorria em paralelo aos processos de independência de diversos países. O imperialismo europeu já não podia mais ocultar o fracasso de sua presença supostamente civilizatória na África e na Ásia, reduzidas à miséria. E não apenas por causa da guerra, mas pela sua triste e longa trajetória de exploração colonial (CARNEIRO, 2013).

Os Estados Unidos foram a única nação combatente a deixar o conflito com uma economia não apenas saudável, mas operando a todo vapor, concentrando dois terços de toda a produção industrial do mundo. Nos países ocupados pelos norte-americanos a fome era uma realidade cotidiana, e suas bases militares se tornaram ilhas de afluência em meio à miséria. Era junto a elas que crianças alemãs mendigavam comida, recebendo dos soldados os restos de suas refeições compostas de sopa, vegetais e bifes, ao passo que meninos e meninas japoneses rapidamente aprenderam a abordar os ianques uniformizados com pedidos por chocolate. Na Europa, pedia-se por Coca-Cola, ajudando o refrigerante a consolidar-se mundialmente, e a ajuda humanitária proporcionada pelos Estados Unidos ao continente e ao Japão impressionava seus habitantes pela fartura, servindo como uma espécie de vitrine para as conquistas da economia norte-americana. Esta não demoraria, no pós-guerra, a voltar à lógica predominante no país durante a Depressão: comprar era uma forma de fazer o dinheiro circular, gerar riquezas, promover a industrialização e manter os homens em seus empregos. Acreditava-se que se o povo tivesse acesso aos frutos da abundância econômica, a igualdade política e social se seguiria, fazendo com que o consumismo substituísse a ideia de um estado

de bem-estar social (COLLINGHAM, 2013). O país agigantava-se no cenário mundial e uma parte predominante da imagem que projetava era a da fartura alimentar.

A fome escancarada

O Brasil, enquanto isso, debatia-se com seu oposto, com a fome começando a ser reconhecida como um problema social que exigia uma solução política, não apenas produtiva ou de educação alimentar. Em 1946 era lançada a obra “A Alimentação no Brasil: Problemas e Sugestões”, do já citado Antônio da Silva Mello, onde o autor defendia que a desnutrição e a carência alimentar eram fatores primordiais para a compreensão da fraqueza e da falta de saúde dos brasileiros, além do atraso econômico e social do país. Talvez ainda mais importante, Mello reconhecia que não apenas a própria sociedade precisava melhor se informar sobre o assunto, mas que o poder público deveria fomentar igual interesse e trabalhar no sentido de garantir a segurança alimentar da população. E para que isso acontecesse, era necessário que o Brasil reconhecesse suas falhas nesse âmbito, por mais doloroso que fosse, em vez de varrer a realidade para debaixo do tapete. As palavras do médico mineiro soavam particularmente duras ao comparar o povo da Argentina, onde havia passado um mês em estudos, aos brasileiros, mesmo os da então capital federal do Rio de Janeiro (MELLO, 1946).

Entre nós: muita gente pequenina, enfezada, desnutrida, de aspecto raquítico, anêmico, parecendo sofrer de sífilis, tuberculose e muitas outras moléstias. Gente magra, de cara chupada, dentes estragados e mal ordenados, pele suja, amarela, enrugada. Há falta de

cor, de músculos, de gordura. Grande parte da população parece atrofiada, torta, até na maneira de andar e ficar de pé; cabeça caída, costas abauladas e ossudas, pernas como que fora do lugar, uns tristes e miseráveis exemplares da espécie humana, E, de mistura com tudo isso, a grande abundância de negros, de mulatos, de mestiços, de toda a sorte, a maioria dos quais também não se salva nem pela beleza da fisionomia, nem pelas linhas do corpo. Além disso, muita gente malvestida, dando uma deplorável impressão de pobreza, de fome, miséria. É essa, aliás, a impressão que os estrangeiros recebem dos habitantes da Cidade Maravilhosa, e sobre a qual eles têm o cuidado de não dizer palavra. E qual seria, na verdade, nossa reação? Não seria de revolta, de indignação, talvez de querer esbofetear o forasteiro atrevido, malcriado? No entanto, é essa realmente a situação, a verdade, a dura verdade. E o essencial é que nós próprios a vejamos e reconheçamos, que nós próprios saibamos encará-la de frente, que não tenhamos medo nem fuçamos da realidade (MELLO, 1946, p. 18).

A descrição de Mello quase poderia ser confundida com um comentário racialmente democratizante - posto que brancos e negros eram colocados quase em igual estado de penúria -, e não apenas racista. Aos poucos o país ia abrindo os olhos para a fome do seu povo e reconhecendo seu papel no sentido de combatê-la. Já em 1952 surgiria o ambicioso plano de Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil, no intuito de elaborar inquéritos nutricionais, assistir à alimentação de adolescentes, apoiar a indústria e promover a expansão da merenda escolar. Este seria o único programa que continuaria ativo após 1955, sob o comando do Ministério da Educação e com o apoio do Fundo Internacional do Socorro à Infância, que posteriormente se transformaria na Unicef. Quase metade

das doações obtidas vinham do *World Food Program* e do *Food for Development*, programas humanitários internacionais, com os alimentos sendo distribuídos em iniciativas de atenção materno-infantil e trabalhistas, além de organizações religiosas (SILVA, 1995). O SAPS acabaria extinto em 1967, sofrendo diversas alterações em sua organização e funcionamento ao longo de sua existência, assim como em seus objetivos técnicos e políticos. Sua instituição criadora, o Serviço Central de Alimentação, era dirigida em sua maior parte por médicos dedicados a estudar a nutrição humana, tendo à sua frente Josué de Castro (BARROS, 2003).

Obras como as de Pompeu Filho e Rodolfo Teófilo trouxeram, ainda no século 19, relatos e estudos acerca dos horrores da fome, mas careciam de análises mais profundas sobre suas causas. Embora, por vezes, criticassem a ineficiência do governo em combater a desnutrição no Nordeste, ainda a tratavam puramente como uma consequência das secas. Já o médico pernambucano seria um dos primeiros e também um dos maiores defensores da ideia de que a fome que corroía o Brasil era não o resultado de um fenômeno natural e irremediável, mas o reflexo de séculos de exploração econômica do setor privado e da omissão do Estado. Para Josué de Castro, era preciso, antes de tudo, deixar de lado o velho alarmismo demográfico Malthusiano, que profetizava o crescimento exponencial da população e a crise conseguinte, em um mundo incapaz de alimentar seus habitantes simplesmente pela enorme quantidade de bocas. Havia, defendia, áreas de baixa densidade demográfica onde a subnutrição ainda assim persistia, em lugares como a África ou a própria América Latina. “A fome não é um produto da superpopulação: a fome já existia em massa antes do fenômeno da explosão demográfica do pós-guerra”, garantia o

médico já na década de 1960. “Apenas esta fome, que dizimava as populações do Terceiro Mundo, era escamoteada, era abafada, era escondida. Não se falava do assunto que era vergonhoso: a fome era tabu. Hoje já se fala abertamente e o problema transformou-se num grande escândalo internacional” (CASTRO, 1996, p. 36).

Já na década de 1930, Josué de Castro descrevia o Ciclo do Caranguejo, animal que depositava seus dejetos no rio e dele vivia, falando do Recife de sua mocidade. A crônica do médico pernambucano narrava de forma ficcional o cotidiano miserável da família Silva, retirantes sertanejos enfiados nos mangues urbanos da capital. Foi uma das primeiras tentativas de erguer o véu da vergonha e falar de maneira franca sobre a fome que devastava o Brasil e, principalmente, o Nordeste (CASTRO, 1984). Castro sabia bem do que falava, não apenas através dos seus estudos e sua atuação como médico, mas pela sua própria história de vida. O pai havia sido retirante e a mãe, filha adotiva de senhores de engenho decadentes, ambos frutos da seca e da decadência do ciclo da cana no final do século 19. Ambos deixaram Sertão e Zona da Mata para tentar uma vida melhor no Recife, onde Josué nasceria em 1908. E assim, viveu ainda menino aquela “mucambópolis” na beira do Capibaribe, de casas mal-ajambradas e gente idem. Segundo o próprio Castro, foi a sociedade dos mangues, dos caranguejos e dos homens aos quais os bichos se irmanavam, que ele primeiro conheceu. O resto viria depois, em complemento àquela realidade de lama. Realidade que ele denunciaria na década de 1930 (SILVA, 2016).

Três décadas depois, contudo, muito pouco havia mudado, e o Recife inchava com uma população de 800 mil pessoas, metade das quais

subempregadas ou perambulando pelas ruas em busca de trabalho, qualquer que fosse. Das zonas rurais, mais pessoas, famintas e aos milhares, chegavam à capital, para se assentarem em mocambos, precariamente equilibrados na beira do rio, que invadia os cômodos com sua água malcheirosa. Quando a maré baixava, homens, mulheres e crianças se atiravam à lama que lhes engolia pés e canelas, à cata dos caranguejos que pudessem matar a sua fome, comendo o que podiam e vendendo o que porventura sobrasse (CASTRO, 1996).

Perduravam as desigualdades regionais enquanto a industrialização avançava a passos largos a partir de 1930, mas concentrando-se no Sul e no Sudeste do país, fomentada pelos incentivos e planos governamentais. Enquanto isso a agricultura, de maneira geral, sofria com a falta de investimentos e de interesse do Estado, permanecendo em um sistema quase feudal mesmo no início da década de 1960. Era uma realidade de métodos e técnicas atrasados e onde os grandes latifundiários exploravam duramente os trabalhadores do campo, transformados em bagaço como a cana que era moída nos engenhos. Dessa forma, a metalurgia nacional expandia-se, fabricavam-se automóveis, erguia-se Brasília, e o povo seguia faminto, as capitais mais industrializadas transformando-se em ilhas de riqueza cercadas por um mar de miséria humana. E os contrastes econômicos e sociais do Brasil, que até haviam diminuído pontualmente nas últimas décadas, ainda definiam o país como uma das grandes áreas da geografia universal da fome (CASTRO, 1996). “Ganhou-se nos últimos anos uma melhor consciência da realidade do problema. Governo e povo debatem a matéria. Conhecem-se melhor os princípios essenciais da higiene alimentar”, ponderava Josué de Castro. “Mas pouco foi obtido, como

resultados concretos para melhorar de fato a nossa situação alimentar” (CASTRO, 1996, p. 75).

Fome na terra da abundância

Erguia-se assim o véu da vergonha acerca da real situação de grande parte do Brasil. Uma realidade de carência e, em muitos casos, de quase total ausência de comida, criando legiões de famélicos no Nordeste, região que, surpreendentemente, compartilhava problemas históricos e sociais semelhantes com os da terra da fartura. Para o choque da comunidade mundial, o final da década de 1950 e início da seguinte trariam à tona o impensável: a fome dentro dos Estados Unidos. Livros como *A Sociedade da Abundância*, de John Kenneth Galbraith (GALBRAITH, 1998), e *A Outra América*, de Michael Harrington (HARRINGTON, 1997), traziam a realidade das parcelas menos favorecidas do país, particularmente os guetos negros da região Sul.

O próprio John Kennedy havia declarado, em um discurso célebre de 1963, que a cada noite mais de dez milhões de norte-americanos iam para a cama sem terem comido. O espanto dos telespectadores era compartilhado – ao menos ostensivamente – pelos políticos estadunidenses, que só então pareciam ter percebido que havia fome em seu país, e que a pobreza gerava não apenas subemprego, más condições de habitação e analfabetismo, mas também desnutrição. Três dias antes do seu assassinato, Kennedy autorizou um plano de enfrentamento ao problema, uma espécie de declaração de guerra à pobreza e também à fome que ela ensejava nos Estados Unidos. Recaía sobre Lyndon Johnson, agora

chefeando a nação, a tarefa de criar um *Poor Corps*, à semelhança do *Peace Corps*, com voluntários dedicados não à conquista da paz, mas ao combate à pobreza. O programa mal chegou a ser posto em prática. Os custos da Guerra do Vietnã, que consumia quarenta milhões de dólares ao ano, junto aos investimentos no programa espacial Apolo, que levaria o primeiro homem à Lua, acabariam por engavetar a iniciativa. Enquanto isso, as populações marginalizadas nas grandes cidades se agitavam em função da pobreza em que viviam e da falta de iniciativas do governo para enfrentá-la (CASTRO, 1996).

As ações implementadas, como a distribuição de cupons para refeições, eram basicamente em nível de caridade, lidando com as consequências e sem atacar as raízes sociais e políticas do problema. Enquanto isso, doenças associadas à má nutrição podiam ser encontradas por todo o país, tais como o bócio, o raquitismo, a pelagra e a anemia. Uma situação de gravidade semelhante à encontrada em nações pobres da América Latina, tais como a Nicarágua e El Salvador. O governo norte-americano, de sua parte, negava que os baixos salários recebidos por certos grupos sociais pudessem ser um fator determinante na questão da fome. Estudos independentes, contudo, mostravam que a base do problema era a própria estrutura social dos Estados Unidos, apoiada sobre a injustiça social e a exploração de grupos discriminados. Negros, indianos, porto-riquenhos e demais cidadãos de ascendência latina contestavam os programas paternalistas do governo e denunciavam a sua ineficácia. Parecia haver duas Américas diferentes: uma que havia levado o homem à lua e outra que, no começo do governo Nixon, apresentava um quarto da sua população em situação de má-nutrição, com vinte milhões entre elas podendo ser

consideradas famintas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos (Idem).

Um verdadeiro escândalo em escala mundial, mostrando que a fome não era uma prerrogativa exclusiva ao assim chamado Terceiro Mundo, como observaria Josué de Castro.

Hoje, nos Estados Unidos, a civilização da abundância caminha ao lado da civilização da miséria. A presença de famintos no território do país mais rico do mundo, apresentado até hoje como modelo a ser imitado, justifica a contestação e a revolta que se propalaram no mundo contra a civilização da tecnologia, chamada pós-industrial, e na qual são criadas cada vez mais novas necessidades artificiais pela publicidade posta a serviço dos interesses da produção. As necessidades alimentares de certas classes da população não são satisfeitas, apesar dos desperdícios incríveis – uma das características deste país superindustrializado – e que é do conhecimento de todos (Ibid., pp. 65-66).

Considerações finais

O Estado brasileiro demorou a assumir a responsabilidade pela adequada nutrição dos seus cidadãos, principalmente na região Nordeste, com a naturalização do ciclo das secas e da fome que surgia em seu encaicho. O século 19 e início do 20 conheceram apenas ações mitigatórias, voltadas para os sintomas, não para as causas. Estas eram, afinal de contas, de caráter profundamente social, envolvendo nem tanto a questão da fenomenologia da seca e outros desastres naturais, mas sim questões de direito à terra, relações trabalhistas, concentração de poder, distribuição de recursos – inclusive alimentares – e ausência de Estado. Sanar a fome nordestina, portanto, envolvia reconhecer e atacar problemas estruturais e antigos da

sociedade brasileira. De fato, a ameaça de uma custosa luta de classes e o fantasma do comunismo foram, por muito tempo, bandeiras utilizadas pelas elites econômicas, políticas e, em parte, intelectuais também, no sentido de manter o status quo no país e na região Nordeste. As transformações, portanto, demorariam a chegar, mas viriam.

As iniciativas mais organizadas nesse sentido, principalmente a partir do primeiro governo Vargas, encontraram resistências e problemas infraestruturais, enfatizando ainda mais as diferenças regionais no desenvolvimento nacional. Evidenciou-se assim um Brasil que se dividia e se desenvolvia em diferentes forças e velocidades, com o Sul – posteriormente eixo Sul-Sudeste – e o Norte – mais tarde consolidando-se como Nordeste – dissonantes em suas trajetórias. A primeira região se industrializava de maneira concreta e abrangente, concentrando renda e investimentos, dessa forma atraindo a força de trabalho de outras partes do país, principalmente entre as populações mais castigadas pela seca e pela fome dos sertões nordestinos. Para lá migravam as famílias, aos milhares, em busca de uma vida menos sofrida e contando histórias de um Nordeste seco e miserável, ajudando a consolidar a imagem da região no imaginário nacional.

Entre as décadas de 1930 e 1960, as denúncias e o trabalho de Josué de Castro forçaram o Brasil a admitir a sua fome e, até certo ponto, combatê-la, buscando emprestar um caráter científico à questão e urgindo o poder público a, finalmente, aceitar seu papel como garantidor de um direito básico aos seus cidadãos. Ou seja, o de ter acesso à comida e bebida de qualidade, de forma higiênica e em quantidade suficiente. A partir da II Guerra Mundial, a abundância alimentar alcançada e demonstrada pelos

Estados Unidos serviria de baliza e objetivo para outras nações, em esforços mais ou menos bem-sucedidos. Contudo, nenhum dos dois países chegou a resolver, de forma eficiente e definitiva, o problema da má-nutrição ou mesmo da fome entre suas populações. Um tema que segue atual mesmo – ou principalmente – nos dias de hoje.

De fato, é possível afirmar que, não apenas enquanto política permanente e cotidiana, mas também durante períodos de quebra da ordem social considerada normal – uma guerra ou uma epidemia, por exemplo -, o Estado possui um papel essencial para garantir a alimentação da sua população. No Brasil e em outros países, foi essa percepção que permitiu o enfrentamento sistematizado e eficiente à escassez alimentar, bem como as suas consequências fisiológicas, psicológicas, econômicas e sociais. Essa é uma compreensão que, ao longo do tempo, precisa ser continuamente lembrada e reforçada, malgrado as resistências que, ao longo do tempo, possam surgir. E a História possui um papel essencial nesses embates, seguindo os caminhos apontados por estudiosos como Josué de Castro e, sempre que necessário, relembrando aquilo que, por interesses diversos, uma sociedade ou um governo buscam esquecer.

Referências bibliográficas

Jornal pequeno, 1943.

BARROS, M. S. C. A Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. **Alimentação e Nutrição**. Araraquara, v. 14, n. 1, pp. 109-121, 2003.

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais**: a longa duração. São Paulo: Revista de História da USP, n. 62, v. 20X, 1965.

BRITO, L. **A Fome**: retrato dos horrores das secas e migrações cearenses no final do século XIX. Revista Estação Literária Londrina, Volume 10B, pp. 111-125, jan. 2013.

CARNEIRO, H. **Comida e Sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CASCUDO, L. da C. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.

CASTRO, A. M. de (Org.). **Fome, Um Tema Proibido**: os últimos escritos de Josué de Castro. Recife: Cepe, 1996.

CASTRO, J. de. **Geografia da Fome, o Dilema Brasileiro**: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

COLLINGHAM, L. **The Taste of War**: World War II and the battle for food. New York: Penguin Books, 2013.

EDKINS, J. **Whose Hunger?** Concepts of Famine, Practices of Aid. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2000.

FARIA, D. P. de. **Mudança de Cardápio e Impacto Cultural**: um estudo sobre a alimentação da Força Expedicionária Brasileira. Universidade Salgado de Oliveira, Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, 2017.

GALBRAITH, J. K. **The Affluent Society**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1998.

HARRINGTON, M. **The Other America: Poverty in the United States**. New York: Scribner Book Company, 1997.

MELLO, A. da S. M. **A Alimentação no Brasil**: problemas e sugestões. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1946.

MENEZES, F.; PORTO, S.; GRISA, C. **Abastecimento Alimentar e Compras Públicas no Brasil**: um resgate histórico. Brasília: Athalia Gráfica Editora, 2015.

PEDREIRA, F. de S. **Chiclete eu misturo com banana**: carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920-1945). Natal: EDUFRN, 2005.

POMPEU FILHO, T. **Ensaio estatístico do Ceará**. Fortaleza, Tipografia do jornal A República, 1893.

QUEIROZ, R. de. **O Quinze**. São Paulo, Siciliano, 1993.

RIOS, K. S. **Isolamento e Poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza, Edições UFC, 2014.

SCOVILLE, A. L. M. L. de. **Literatura das Secas**: ficção e história. Tese (Doutorado em Letras). Curitiba, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, 2011.

SILVA, A. C. da. **De Vargas a Itamar**: políticas e programas de alimentação e nutrição. Estudos Avançados. Av. vol. 9 n° 23, São Paulo. Jan/Abr. 1995.

SILVA, M. de F. dos S. **Josué de Castro**: um autor do legado esquecido? Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Saúde). Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP, 2016.

TEÓFILO, R. **A Fome**. Fortaleza, Demócrito Rocha, 2002.

TOSCANO, F. de O. **Yes, nós temos Coca-Cola**: o ideal da fartura norte-americana na mesa do Nordeste (1930-1964). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP, 2019.